

CONFERÊNCIA

SOCIOLOGIA E HISTÓRIA (*).

RUY GALVÃO DE ANDRADA COELHO

Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Não é fácil estabelecer relações entre dois campos de saber tão vastos quanto a Sociologia e a História, as quais, malgrado a unidade de escopo que se observa em cada um de per si, se espriam por áreas variadas da realidade humana. Omitindo-se a consideração dos antepassados ilustres, como Heródoto ou Tucídides, e dos vários historiadores que se sucedem no correr dos séculos obedientes ao ideal clássico, pode-se admitir que a História, com a fisionomia que conhecemos na atualidade, origina-se na obra de Niebuhr e Ranke, por volta de 1830. O pensamento de Comte que leva à fundação da Sociologia se situa no mesmo período. Uma vez constituídas, as duas ciências seguem caminhos paralelos, nutridas ambas pelas grandes correntes intelectuais do século XIX. Entre elas se ata e desata complexa trama de liames e inter-influências, que dificilmente se poderia inventariar numa exposição necessariamente breve. As associações pacíficas entre pontos de vista históricos e sociológicos oferecem menos matéria à reflexão do que os momentos de conflito, em que vêm à tona problemas fundamentais de definição. A êstes, portanto, deveríamos nos cingir. Mas a delimitação assim traçada ainda é insuficiente, pois que incluiria distinções de método e objeto que se diluem e reafirmam periódicamente, numa confusa quadrilha de conceitos. Parece-nos preferível ir ao âmago da questão. Existe oposição de espírito e natureza entre Sociologia e História? Caso a resposta seja negativa, caberia investigar o domínio específico de cada qual, e as possibilidades de colaboração entre ambas. É claro que, aceita a tese de uma oposição irremediável, nossa tarefa ficaria muito simplificada. Mas mesmo que se a recuse, cumpre examiná-la atentamente.

(*) — Palestra realizada na Sociedade de Estudos Históricos em dezembro de 1967. (Nota da Redação).

A separação radical entre História e Sociologia foi proposta, senão primeiramente pelo menos com maior energia e decisão por Durkheim, e é por êle que começaremos. Para Durkheim, a Sociologia é uma psicologia coletiva (Durkheim, 1951, pág. 47 nota). Como tal se baseia na associação de representações coletivas, sentimentos coletivos, estados fortes e fracos da consciência coletiva. Inicialmente, as estruturas sociais, originárias da divisão de trabalho, enquadram e condicionam os fenômenos mentais. Na última parte de sua obra, por exemplo em *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, cabe aos fatos psíquicos o papel preponderante na determinação do modo de estruturar-se das sociedades. Ora, a psicologia durkheimiana pretende estabelecer leis tão rigorosas quanto as das ciências da natureza, e do mesmo tipo. Estas leis são fundadas antes na lógica que na fisiologia, e portanto atemporais. Neste passo, como em muitos outros, Durkheim é discípulo fiel de Comte, que afirma:

“.. les lois logiques, qui finalement gouvernent le monde intellectuel, sont, de leur nature, essentiellement invariables et communes, non seulement à tous les temps et à tous les lieux, mais aussi à tous les sujets quelconques, sans aucune distinction même entre ceux que nous appellons réels et chimériques: elles s'observent au fond jusque dans les songes...” (Auguste Comte, 1877, vol. IV, pg. 416).

Existe no sistema de idéias de Durkheim uma concepção evolutiva das sociedades, mas que postula o meio social interno como fator determinante das transformações. Não pode haver, pois, causalidade histórica; só há causalidade social.

Les étapes que parcourt successivement l'humanité ne s'engendrent pas les unes aux autres”.

O que a História estabelece é

“... une suite de changements entre lesquels il n'existe pas de lien causal. L'état antécédent ne produit pas le conséquent, mais le rapport entre eux est exclusivement chronologique. Aussi, dans ces conditions, toute prévision scientifique est-elle impossible. Nous pouvons bien dire comment les choses se sont succédé jusqu'à présent, non dans quel ordre elles se succéderont désormais, parce que la cause dont elles sont censées dépendre n'est pas scientifiquement déterminée, ni déterminable”. (Durkheim, 1956, pg. 116 e pg. 117).

Nestes termos, a história ficaria reduzida a um simples desfile de imagens e mudanças, sem qualquer ligação necessária; podemos

apenas saber como as coisas sucederam, mas nunca porquê. Na melhor das hipóteses teríamos fiel reconstituição dos acontecimentos passados, sem outro princípio ordenador que não a mera sucessão cronológica. A verdade histórica é para Durkheim semelhante à que nos dá o documentário cinematográfico. A ausência de previsão lhe retirará caráter científico. Reponta aqui a ambição da Sociologia de ser ciência autêntica, porquê se reserva a possibilidade de prevêr os acontecimentos. À distância de setenta anos, essa atitude, em face do que sabemos àcerca da evolução da Sociologia, se nos afigura corajosa, isto é, imbuida da coragem da juventude, e por isso mesmo patética.

Na época em que Durkheim escreveu a passagem citada, suas opiniões não causaram escândalo. O ideal do historiador, como por exemplo o expresso no livro de Langlois e Seignobos (Langlois e Seignobos, 1898), que por tanto gozou do mais alto prestígio, não se chocava contra elas. Isto não só em França como também na Inglaterra, onde, na expressão de Collingwood, dominava a prática da tesoura e cola

“History constructed by excerpting and combining the testimonies of different authorities I call scissors-and-paste history”, (Collingwood, 1951, pg. 257).

A influência comum do positivismo favoreceu relações amistosas entre a escola de Durkheim e os historiadores franceses. A exigência da objetividade imposta por Comte parecia a êstes satisfeita com a aplicação rigorosa da crítica de documentos e testemunhas, de modo a apanhar os fatos como realmente se passaram, segundo o preceito que Ranke formulara antes de fundador do positivismo. A História tendia então a perder-se na investigação das ocorrências do passado humano em suas minúcias, mais preocupada em restituir-nos sua veracidade do que em dar interpretação de conjunto. A Sociologia ocupou domínio que se tinha tornado, por assim dizer, terra devoluta. A influência que Durkheim e seus discípulos exerceram sobre os estudos históricos em França foi profunda, levando a uma reorientação radical, de que nasceram algumas das melhores contribuições à historiografia moderna. Infelizmente, a recíproca não se deu; a Sociologia francesa procurou preservar-se da influência histórica, como que de contatos impuros.

Esta tendência, que começa por pronunciar o divórcio irreparável entre a Sociologia e a História, pode induzir a negar qualquer validade à História como ciência. E' o que vemos em nossos dias em Lévi-Strauss, herdeiro das tradições durkheimianas e um dos

criadores da doutrina que caiu sob o império avassalador da moda, o estruturalismo. Declara êle respeitar a História, mas sem conceder-lhe privilégio. Concebe-a como pesquisa complementar da sua: uma desdobra o leque das sociedades humanas no tempo, outra no espaço. Há mesmo semelhança de preocupações, pois que o historiador se esforça em restituir a imagem de sociedades desaparecidas, nos instantes que, para elas, corresponderam ao presente; enquanto que o etnógrafo (ou o sociólogo) procura reconstituir as etapas históricas que precederam no tempo as formas atuais. Lévi-Strauss combate a pretensão de Sartre, tomado como paradigma do filósofo que se funda na História, de elevar a explicação diacrônica acima da sincrônica. Mas assim fazendo, busca desqualificar a primeira.

“... La conception qu'on nous propose de l'histoire ne correspond à aucune réalité. Dès lors qu'on prétend privilégier la connaissance historique, nous nous sentions le droit (que nous ne songerions pas à revendiquer autrement) de souligner que la notion même de fait historique recouvre une double antinomie. Car, par hypothèse, le fait historique, c'est ce qui s'est réellement passé; mais où s'est-il passé quelque chose? Chaque épisode d'une révolution ou d'une guerre se résout en une multitude de mouvements psychiques et individuels; chacun de ces mouvements traduit des évolutions inconscientes, et celles-ci se résolvent en phénomènes cérébraux, hormonaux, ou nerveux, dont les références sont elles-mêmes d'ordre physique ou chimique ... Par conséquent, le fait historique n'est pas plus *donné* que les autres; c'est l'historien, ou l'agent du devenir historique, qui le constitue par abstraction, et comme sous la menace d'une régression à l'infini”. (Lévi-Strauss, 1962, pg. 340).

O argumento da decomponibilidade infinita do fato histórico não é original; é de suspeitar-se que Lévi-Strauss tenha buscado armas no arsenal do inimigo, pois que nós o encontramos em *De la connaissance historique*, de H.-I. Marrou. Marrou cita um exemplo proposto por Morazé: Jules Ferry assume o governo da França. Para explicarmos o acontecimento, temos que conhecer as manobras parlamentares de que resultou, o que implicaria no exame da situação política, logo, econômica, social, etc. da França, mas não da França somente, pois que havia uma conjuntura internacional a ser elucidada. E o homem Jules Ferry, tinha uma biografia, passível de interpretação psicanalítica, ou em termos de suas origens protestantes, provinciais, e assim por diante (H.-I. Marrou, 1962, págs. 57-58). Mas Lévi-Strauss vai além de Marrou, pois para êle a História não está ligada ao homem, nem a qualquer objeto particular; ela é meramente um método (Lévi-Strauss, 1962, pag. 347):

A noção de dado sofreu inflexão especial na metodologia moderna; admite-se geralmente que êle é constituído pelo observador, em certa medida. Mas, a seguirmos o raciocínio proposto pelo próprio Lévi-Strauss, não só a História perderia seu objeto específico, mas também a biologia, a química e tôdas as demais ciências; a própria matemática poderia ser reduzida à lógica.

Auguste Comte já se ocupara desse problema, quando tratou da classificação das ciências em ordem serial, problema modernamente retomado por Piaget (Piaget, 1950). A sua discussão minuciosa nos levaria demasiado longe. Para os nossos propósitos, basta reafirmar que os dados uma vez constituídos definem um campo específico para cada disciplina, salvaguardando sua originalidade.

“Le fait historique n'est pas plus donné que les autres”,

seja; mas que se admita a implicação: pelo menos é *autant donné que les autres*. Nessa pretensa decomposição do fato histórico, Lévi-Strauss, o que Comte não lhe perdoaria, salta uma ciência, a Sociologia. Uma revolução ou uma guerra, diz êle, resolve-se em movimentos psíquicos e individuais; onde se situa o coletivo? O indivíduo na História não se deixa ditar unicamente pelos impulsos inconscientes; existem as ações norteadas por quadros de valores gerais, por projetos comuns, dos quais não está ausente a consciência mais ou menos clara. E êsse indivíduo não é isolado, pois que pertence a um corpo social.

Por outro lado, o que se entende por constituição do dado? Nenhum cientista aceita de bom grado a posição do filósofo idealista que concebe os observáveis como projeções da mente. O historiador, tanto ou mais do que o físico ou o químico, se refere ao real empírico de onde partiu. Lévi-Strauss parece confundir a História vivida como seqüência de acontecimentos e os seus esquemas de interpretação, pois que une na mesma frase o historiador e o agente histórico. Que o fato histórico seja constituído por abstração, eis o que é de estranhar-se. Adversários e partidários da História têm insistido que ela é ciência do concreto (Dardel) ou do singular (Rickert), e isto tem sido usado tanto para defender sua originalidade quanto para negar sua validade científica, já que só existe ciência do geral. Como quer que seja, para responder à pergunta de Lévi-Strauss, onde se passou o fato histórico, diremos: nas coletividades humanas. Se assim desejarmos, podemos tratá-lo como coisa, como Durkheim recomendava que se tratasse o fato social. No exemplo acima dado, encontraríamos o seguinte: a posse de

Jules Ferry em setembro de 1880, um objeto tão válido quanto o parentesco do tipo Omaha, ou o Código Civil de Napoleão. Nenhuma redução causal de qualquer ordem, psicológica, econômica, social ou política, dissolveria esse núcleo concreto de significados. Sabemos que, do ponto de vista filosófico, a discussão não está encerrada. Para os eleatas, o movimento não existia; a flecha nunca atingia o alvo, Aquiles nunca alcançava a tartaruga, e não se provava o movimento andando. Da mesma forma, designar com o dedo o fato histórico não é assegurar sua existência filosófica. Mas, nos termos em que se propôs a questão, pode ser deixada neste pé.

A consciência histórica tem, pois, como correlata natural a idéia de um devir histórico que se processa independentemente da luz que se projeta sobre êle. Mas levar em consideração essa luz é essencial, pois é por esta iluminação que ela delimita e se apropria do seu objeto. Dizer-se que a História se ocupa com os fatos concretos e singulares do devir humano seria um modo de solucionar suas relações com a Sociologia. Mas os problemas lógicos e metodológicos que essa posição levanta são graves, e não se consegue com sua adoção acôrdo geral entre historiadores e sociólogos.

Uma solução nessa linha é proposta por Radcliffe-Brown, um dos mestres do moderno estruturalismo, que após ter combatido a interpretação histórica em Sociologia por largos anos, adotou atitude mais conciliadora. Radcliffe-Brown ambicionou construir uma "ciência natural da sociedade", separada da História, mas não se opondo a esta. Os fatos sociais podem ser estudados de dois pontos de vista: o histórico, que prepondera na arqueologia e na etnologia, entendida como ciência da cultura, e o funcional, próprio da Sociologia comparada e teórica, ou antropologia social. Para fundamentar a separação entre os dois pontos de vista, faz-se mister recorrer à distinção entre o método idiográfico, que visa estabelecer como aceitáveis certas proposições ou asserções factuais ou particulares e o método nomotético, que tem por finalidade chegar a proposições gerais aceitáveis. Parecia-lhe claro que a História deva consistir primordialmente em pesquisas idiográficas; a investigação teórica ou nomotética deve ser deixada à Sociologia. Mas reconhecia que certos historiadores incluem em seus trabalhos não só relatos idiográficos dos fatos do passado como também interpretação nomotéticas desses fatos. Tais, por exemplo, as obras de Fustel de Coulanges e Gustave Glotz. Haveria assim ensêjo para uma ciência compósita, história sociológica ou sociologia histórica. (Radcliffe-Brown, 1852, págs. 1-3). Ao contrário de Lévi-Strauss, Radcliffe-Brown não nega valor explicativo à História.

“... one ‘explanation’ of a social system will be its history, where we know it- the detailed account of how it came to be what it is and where it is. Another ‘explanation’ of the same system is obtained by showing (as the functionalists attempts to do) that it is a special exemplification of laws of social physiology, of social functioning. The two kinds of explanation do not conflict, but supplement each other”. (Radcliffe-Brown, 1952, pg. 186).

A complementaridade que assim se estabelece é menos lesiva aos direitos da História.

A utilização por parte de Radcliffe-Brown dos termos idiográfico e nomotético, surgidos da *Methodenstreit* do século passado, lhe permite certa conciliação entre determinadas correntes da Sociologia e da História. Mas é uma utilização pessoal, em que os termos são arrancados do contexto, e que deixa intactos as antinomias que os opõem. Em que medida pode haver complementaridade, se a História é definida por oposição radical às ciências naturais, nas quais a Sociologia se inclui?

Para um público de historiadores, será apenas necessário lembrar que Dilthey, em Berlim, e Windelband e Rickert, no Sudoeste da Alemanha, simultaneamente, ou quase, acenderam a chama da famosa disputa metodológica. A base da distinção entre idiográfico e nomotético se encontrava na distinção maior entre ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) e ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*). É ela que norteia as objeções dos historiadores de inspiração idealista contra a ciência positivista, que resumiremos a seguir.

1. — A meta da História é compreender (*Verstehen*); a da ciência nomotética, explicar (*Erklären*).

A idéia de compreensão foi fecundada, não só para a História como para a própria Sociologia. Como ponto de partida, o método de compreensão ancora o observador no real concreto, e permite ao espírito esposar os contornos da realidade. Em que medida êle derroga e supera a explicação, eis o que que não está satisfatoriamente estabelecido. Empregado com exclusividade, levaria sômente à descrição, quanto mais, exata e fiel. Ora, um corpo sistemático de conhecimentos unicamente pode ser chamado ciência se nos leva além da superfície. Só existe ciência do que não é óbvio, é uma verdade de La Palisse.

2. — O historiador usa da intuição e da empatia, que não têm lugar na ciência natural.

Isto simplesmente não é verdade. A intuição e a empatia não tinham direito de cidadania na metodologia científica, mas não por

isso estavam dela excluídas. A investigação nomotética a mais rigorosa delas não prescinde, embora até recentemente lhe faltasse consciência clara do papel que representam. Até uma ciência factual e exata por excelência como a química faz uso dessas faculdades nas suas descobertas experimentais (Vêr a êsse propósito Gaston Bachelard, 1932, 1953). E' bem verdade que foi graças à influência dos historiadores de que estamos tratando que a Sociologia aprendeu ter mais confiança na intuição e empatia. Essa lição lhe foi transmitida sobretudo através de Max Weber.

3. — Em contraste com a Sociologia objetiva, a História é uma disciplina subjetiva, pois que lida com valores e sentidos, que não são passíveis de quantificação.

As relações entre objetivo e subjetivo constituem velho problema filosófico, cuja solução não está à vista. Mas deixemos de lado o aspecto epistemológico. Do ponto de vista da Sociologia, valores e sentidos, embora tenham raízes no sujeito, se situam na intersubjetividade. Se examinarmos atentamente as obras da História, vemos que essa idéia não está ausente delas. O historiador descobre valores e sentidos numa coletividade dada, num período que delimita. Dizer que essa atribuição procede tão só de sua atividade intelectual como sujeito é introduzir o arbítrio no método científico. A Sociologia tem tratado quantitativamente valores e sentidos, com resultados frutíferos. Aliás, a crítica literária que, como se sabe, é o domínio eminente do qualitativo e do individual, tem sentido necessidade de usar métodos quantitativos.

4. — Os conceitos da História são individualizadores, e não generalizadores como os da ciência natural.

O que devemos levar em conta, no que tange a êsse ponto, é uma diferença de grau antes que um contraste absoluto. A rigor, um método idiográfico estritamente aplicado impediria qualquer possibilidade de comunicação. Os têrmos inteligíveis de uma língua, em alguma medida, sempre abstraem e generalizam; os vocábulos para exprimir a individualidade singular teriam de ser cunhados. Evidentemente, ninguém se propôs tal tarefa. O que vemos efetivamente, mesmo na História regional limitada, mesmo na biografia, é a inserção, involuntária por vêzes, num contexto social mais amplo.

Max Weber, que sofreu influência de Dilthey e de Rickert, deu-se conta que os campeões da *Geisteswissenschaft* tentavam o impossível: captar a realidade concreta em tôda sua riqueza e variedade ínfinda. Para êle, há três fases no estudo de um fato social (ou histórico, diz Marrou). A princípio, seleciona-se uma classe de indivíduos, ou um indivíduo histórico, que é posto em foco; a maneira

de constituir o objeto é intuí-lo, identificar-se com êle. Mas a isto se limita o ato de compreensão, que não tem poderes místicos de penetração no objeto. A fase seguinte é a construção do tipo ideal, que se faz pelo discernimento das similaridades entre indivíduos históricos, permanecendo tão próximo quanto possível de suas particularidades concretas. O tipo ideal não se ajusta a nenhum caso singular com exatidão, mas ao mesmo tempo não tem significado geral indubitável. É um conceito limite ideal com o qual a situação real ou ação é comparada e explorada, para explicar alguns de seus componentes significativos. O momento final é a resolução do tipo ideal em seus elementos e dimensões constituintes, que Weber chama de análíticas abstratas. A originalidade do método webereano está no pressuposto de que somente o conceito abstrato assim obtido pode servir de molde exato a um indivíduo particular (Max Weber, 1949).

Se nos demoramos na exposição do método do tipo ideal, foi porque êle constitui demonstração de uma combinação engenhosa entre generalização e individualização. Outros exemplos poderiam ser trazidos para provar que não há incompatibilidade necessária entre os dois processos.

5. — Não pode haver lei nomotética da História, ou da Sociologia, por causa do efeito do acaso e do livre arbítrio sobre as ações humanas.

Acaso e livre arbítrio tem alimentado discussões filosóficas e teológicas ao correr dos séculos. O que nos interessa no momento é saber se comprometem irremediavelmente a noção de lei científica. Uma das importantes conquistas da ciência na nossa época foi a flexibilidade que se deu à idéia de causalidade. Reichenbach acabou por assimilar inteiramente a idéia de causa à idéia de probabilidade. Demonstrou que as leis mais rígorosas fazem apêlo à interpretação probabilística. As condições que submetemos ao cálculo não são, na verdade, jamais realizadas. Assim, no cálculo do movimento de um ponto material, de um projétil, por exemplo, nos vemos na impossibilidade de dar conta de todos os fatores que intervem. Se apesar disso podemos fazer excelentes previsões, nós o devemos à noção de probabilidade, que expressa uma lei para os fatores não equacionados por outra forma (Reichenbach, 1932, pág. 26). Gaston Bachelard cita a esse propósito um artigo de Ruddick, em que se diz que o objeto de uma lei mecânica só podia ser concebida como entidade separada e distinta, localizada no tempo e no espaço. O único traço distintivo dos objetos de uma lei estatística é pertencerem a certo grupo; podem ser átomos de hidrogênio ou homens, mas não *êste* átomo de hidrogênio ou *êste* homem. A lei se estabelece

2001

pela suposição de que um membro do grupo está tão apto quanto qualquer outro a satisfazer certas condições (Gaston Bachelard, 1949, pág. 127).

Assim sendo, acaso e livre arbítrio, que vem a ser o mesmo do ponto de vista estatístico, não são mais elementos de perturbação da ordem estabelecida: entram no cálculo. O acontecimento humano individual é imprevisível; não sabemos se Antônio ou João morrerá ou migrará em tal ano. Mas se o incluímos numa classe determinada, poderemos prever com elevado grau de êxito quantos da classe morrerão ou migrarão. Esses exemplos, como é óbvio, dizem respeito a um campo limitado, a demografia; suas relações com a História demográfica não necessitam ser postas em relevo. Mas o raciocínio estatístico é largamente empregado em Sociologia; muitos veem nêlo o instrumento mais importante para discenir as regularidades nos fatos humanos que a nossa ciência ambiciona estabelecer. Com tôdas as hesitações de quem se aventura em seara alheia, sugerimos que sua aplicação à História poderia ser mais ampla, como por exemplo nesse ponto controverso da metodologia histórica que é a periodização. Um período se prestaria a ser definido pela frequência estatística de traços tidos por essenciais à sua caracterização.

Com estas sugestões, não cremos ter solucionado de uma vez por tôdas as questões entrelaçadas (ou idênticas) do determinismo histórico e sociológico. Aliás, está no espírito destas sugestões propor em lugar de *um* determinismo único e rígido, determinismo, de graus e modalidades diferentes. E' o que recentemente fêz Gurvitch para a Sociologia, formalizando idéias que se encontravam há muito implícita ou explicitamente nas obras de vários historiadores.

6. — Não pode haver leis históricas porque o objeto da História são as individualidades únicas; pelo contrário, o fato sociológico é geral por essência.

Aqui não se trata mais de tendências divergentes entre as duas ciências; predica-se algo à natureza dos fenômenos que estudam. A questão é crucial, pois que demarcam-se assim as linhas fronteiriças menos contestadas por historiadores e sociólogos. Muitos dêstes invocam o velho preceito *Non est scientia individuorum* para atribuir tão sòmente à Sociologia o caráter de ciência autêntica. Do outro lado, os historiadores que defendem o método idiográfico contentam-se com o estatuto de disciplina descritiva adjudicado à sua ciência, glorificando-a com o título de *Geisteswissenschaft*.

Mas em que se constitui a singularidade do fato histórico? Evidentemente, não na sua especificidade, pois que eventos econômicos, políticos, jurídicos, psicológicos, ou mesmo geográficos ou meteorol-

lógicos se tornam históricos por atingir de alguma forma a coletividade. São, portanto, sociais em sentido alto. O que lhes confere cunho original é serem ocorrências particulares. Mas nenhum historiador se satisfaz com registrá-los simplesmente, sem mais indagações. Há que inseri-los numa seqüência temporal significativa. Mesmo se admitirmos o fortuito e arbitrário (problema já discutido), como o faz J. B. Bury, restaria ainda na configuração do evento possibilidades de explicação gerais. Esse autor supõe na gênese de acontecimentos histórico a colisão ocasional de duas ou mais cadeias independentes de causas (Bury, 1961, citado por Collingwood, 1951, pág. 147).

Para usarmos a linguagem da lógica, o fato histórico constituiria uma classe única, já que é combinação de elementos que nunca se repete. Mas esses elementos podem se relacionar com outros, em outras classes, de caráter mais genérico. Então teríamos as classes K_1 , K_2 , K_3 , K_n , que se interseccionam; a parte comum delimitada pela intersecção seria X, o evento histórico. Este não se dissolveria nas causalidades de ordem geral, como quer Lévi-Strauss, preservando suas características de fato concreto único. Mas ao mesmo tempo admitiria a explicação causal, ainda que sob forma probabilística, como já foi exposto. A Sociologia parte dos fatos concretos únicos, em que procura discenir atributos comuns, para construir suas classificações. A História, pelo menos em certa medida, se vale das classes construídas para entender os fatos concretos únicos (Ver Piaget, 1949, pág. 46).

7. — O problema das estruturas.

Até aqui, aceitando a regra do jogo imposta pelo adversário, estivemos raciocinando como se a História atentasse apenas para o fenômeno singular. Mas, como vimos, na França (e fora dela) há historiadores que recusam essa limitação; além dos já apontados, há a considerar o brilhante grupo que Lucien Febvre et Marc Bloch reuniram em torno da publicação *Les Annales*. Braudel, que o representa, distingue três níveis da realidade histórica, e conseqüentemente da investigação que a explora. À superfície, histórica *événe-mentielle* (que não se deixa traduzir para o português, já que eventual é termo carregado de sentidos adventícios em nossa língua), que se inscreve num tempo curto: é uma micro-História. A meio caminho, a História conjuntural, segue um ritmo mais largo e mais lento. Em profundidade, a História estrutural, ou de longa duração, põe em tela séculos inteiros (Braudel, 1958, pág. 92). Haveria aproximação nesses três níveis, cujo número, aliás, poderia ser multiplicado; à micro-História corresponderia à micro-Sociologia, à Histó-

ria conjuntural, que se esteia no conceito de conjuntura econômica, ganharia em utilizar-se do termo recente de conjuntura social, a História estrutural se conjugaria com a Sociologia estrutural.

Na verdade, a tentativa de Braudel é prematura, se visa mais do que bosquejar relações que tendem a estabelecer-se. Resta provar que entre a micro-História e a micro-Sociologia exista algo além do uso comum de um prefixo grego. Acreditamos que conjuntura social ganhará em precisão e clareza mais por indústria do historiador do que do sociólogo. Quanto ao último paralelo, importa saber de que estrutura social está se falando; a de Lévi-Strauss, que o nosso autor menciona, não pode convir. Por mais lenta que seja a duração da História estrutural, supõe sempre movimento; se Lévi-Strauss conceituasse a estrutura pela imobilidade, haveria simples diferença de grau, que não impediria a passagem de uma a outra. De fato, há mais do que isso. Para o eminente estruturalista, estrutura se confunde com modelo de operações reversíveis, que obedecem a causalidade mecânica; é, portanto, atemporal. Entre temporalidade, e atemporalidade neste contexto, abre-se um fosso intransponível. Mas o conceito de estrutura de Gurvitch permitiria lançar uma ponte.

Para este autor, toda sociedade está em processo perpétuo de estruturação, e destruturação e reestruturação, em que participam todos os elementos de fenômeno social total. As estruturas sociais são configurações que se substituem aos conjuntos concretos em marcha, pela análise do sociólogo. Não são idênticas aos fenômenos sociais totais, dos quais presupõem a existência, enquanto que estes extravasam delas. Os fenômenos sociais totais são os atos, “forças vulcânicas”, que produzem as estruturas como obras suas (Gurvitch, 1958, cap. IV). Nesta perspectiva, o sociológico se firma como ponto de vista generalizador, que constitui tipos qualitativos e descontínuos tomados à realidade histórica, enquanto à História compete singularizar as estruturas e buscar a continuidade das transições de umas a outras.

Apresentamos apenas duas amostras de moções de estrutura social. Entre o eleatismo de Lévi-Strauss e o “vulcanismo” de Gurvitch há vasto número de matizes conceituais. Até data recente, diferentes estruturalismos exerceram sobre a Sociologia (e mais ainda sobre a Antropologia) um fascínio que começa a desvanecer-se. A medida que a tradição durkheimiana perde em força, caem barreiras que se erguem nos limites entre a Sociologia e a História. Uma das teorias sociológicas mais recentes, o estruturalismo genético de Lu-

cien Goldmann, pretende associar intimamente a análise estrutural da sociologia e o devir histórico.

Ao tentarmos apresentar conclusões, sublinharemos em primeiro lugar que a Sociologia se encontra atualmente numa das crises que periodicamente marcaram sua evolução. Se de um lado a situação é desfavorável aos levantamentos, pois que a teoria se mostra vacilante e pouco coesa, por outro criam-se assim aberturas em várias direções. Como sempre acontece em tais crises, voltam à tona os problemas de suas relações com a História. Expusemos, a princípio, as objeções dos sociólogos contra a História (de certos sociólogos contra certa História) e a seguir de historiadores contra a Sociologia (certos historiadores contra certa Sociologia). Uma vez afastadas as falsas imagens que existem nos dois campos, as quais originam falsas diferenças, pomos em relêvo a fisionomia própria de cada qual, e as possibilidades de colaboração efetiva entre os cientistas de ambos.

Quanto ao método, entendido em sentido lato de direção geral do espírito, as diferenças não são sensíveis. História e Sociologia, em graus diversos, se preocupam com a compreensão e a explicação dos fatos humanos, usando da empatia e da intuição necessariamente controladas pela razão crítica, alternando o ponto de vista objetivo com o subjetivo, subordinado êste àquêle. A Sociologia é mais generalizadora, a História é mais particularizadora; a meio caminho, situa-se o tipo ideal de Max Weber, comum a ambas. As duas ciências conhecêram modalidades rígidas de determinismo, a Sociologia mais do que a História, mas progressivamente se norteiam pela noção de tendência ou probabilidade de preferência à de causa. A atenção da História está mais voltada do que a da Sociologia para os fatos únicos, mas não se fixa neles; esta busca antes o seu sentido em extensão, aquela em compreensão (tomado êste termo em sua acepção lógica). Finalmente, vimos que a estrutura social tende a ser concebida de maneira abstrata e como fundamento de explicações para determinadas correntes da Sociologia. Para a História, assim como para Max Weber ou Gurvitch, a estrutura surge do curso dos acontecimentos humanos e tanto funda explicações quanto necessita ser explicada.

Sobrepairando as diferenças até agora apontadas, há uma que é antes de espírito, e diz respeito a posições teóricas. A Sociologia é clássica; compraz-se com a bela simplicidade das fórmulas gerais. Muitas vêzes, a pesquisa desvenda fatos empíricos que parecem contradizê-las. Mas logo se busca enquadrá-los nas normas descrevendo-os como perturbações em tôrno de uma lei geral. Donde a tenta-

ção de fazer-se do complexo, que é o estófo da experiência vivida, sinônimo de perturbado e confuso. Tão grande é o afã de atingir-se rapidamente a clareza, que freqüentemente se obstina em seguir esquemas teóricos que mantêm relações tênues com os fenômenos. A História é romântica; pouco lhe importa a serenidade das coisas imóveis, atenta que está ao variável, ao particular, não desdenhando o pitoresco. Procura discernir as grandes linhas de devir humano, mas nelas integra os desvios, que se recusa a tomar por aberrações. A objetividade lhe vem, não tanto do rigor da decomposição analítica quanto do confrônto direto com a realidade fremente. A categoria imprecisa e impura de vida está sempre presente ao espírito do historiador. De passagem, façamos uma confissão: as obras do grande historiador raramente são tediosas, e as do grande sociólogo raramente não o são (e nos ativemos voluntariamente aos grandes...).

Parece-nos, pois, que a complementaridade entre as duas ciências deveria ser aplicada para além do que admitem os autores que citamos. O sociólogo, no trato com o historiador, aprenderia a desconfiar da objetividade das técnicas de trabalho que emprega, a colocar-lhe maiores exigências críticas, a indagar do sentido das ações humanas, a ater-se às formações concretas que a evolução social apresenta antes de proceder à separação de elementos. No momento que atravessamos, a Sociologia procura desvencilhar-se da obsessão estruturalista, para propor-se de novo aos problemas básicos da dinâmica social. Em tal conjuntura, a colaboração da História é essencial. Se os historiadores consideram nossa companhia algo mais do que uma "mauvaise fréquentation", cabe a eles dizer...

* *
*

BIBLIOGRAFIA CITADA.

- G. Bachelar. — 1932. *Le pluralisme cohérent de la chimie moderne*. — 1949. *Le nouvel esprit scientifique*. — 1953. *Le materialisme rationnel*.
- F. Braudel. — 1958. "Histoire et sociologie", em *Traité de Sociologie*, org. p. G. Gurvitch.
- J. B. Bury. — 1916. *Cleopatra's Nose*.
- R. G. Collingwood. — 1951. *The Idea of History*.
- A. Comte. — 1877. *Cours de philosophie positive*, 6 vols.
- E. Dardel. — 1946. *L'histoire, science du concret*.
- E. Durkheim. — 1951. *Sociologie et philosophie*. — 1956. *Les règles de la méthode sociologique*.
- G. Gurvitch. — 1958. *Traité de Sociologie*, 2 vols.
- Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos. — 1898. *Introduction aux études historiques*.
- Cl. Lévi-Strauss. — 1962. *La pensée sauvage*.
- H.-I. Marrou. — 1962. *De la connaissance historique*.

- J. Piaget. — 1949. *Traité de logique*. — 1950. *Introduction à l'épistémologie génétique*, 3 vols.
- A. R. Radcliffe-Brown. — 1952. *Structure and Function in Primitive Society*.
- H. Reichenbach. — 1932. *La philosophie scientifique* (trad. Vouillemín).
- H. Rickert. — 1961. *Introducción a los Problemas de la Filosofía de la Historia* (trad. Liebling).
- M. Weber. — 1949. *The Methodology of the Social Sciences* (trad. E. A. Shils e H. A. Finch.).